

LETRAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Idyla M^a. Cartaxo Rodrigues. Instituição Sapiens. Email: idyfac@hotmail.com
Francisca Lúcia F. Lopes. Instituição Sapiens. Email: franciscaluciaf@hotmail.com
Durval Ferreira Vieira. Orientador – Sapiens. Email: facallub50@hotmail.com

RESUMO: Na sociedade moderna, grande parte das atividades intelectuais e profissionais necessitam da língua escrita, então, ter o domínio dessa habilidade e leitura proficiente é condição essencial para o exercício da cidadania, o acesso aos bens culturais e a inclusão social. O presente estudo objetiva discutir o ensino da linguagem escrita à luz do letramento lingüístico e digital para promover a inclusão social do indivíduo na sociedade do conhecimento. E como objetivos específicos, avaliar se o conhecimento de mundo do adulto analfabeto pode ajudá-lo na compreensão da linguagem escrita, assim, como, analisar se o analfabetismo digital pode também excluí-lo da sociedade. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, tendo o foco no tratamento teórico-metodológico dado ao aspecto discursivo da linguagem escrita, a noção de letramento lingüístico e digital embasado na concepção de autores como Demo (2005), Moreira (2006), Moraes (2007), Soares (2003), Takahashi (2000), entre outros. A análise e interpretação evidenciaram que alfabetização e letramento são indissociáveis, sendo importante fazer uso eficiente da leitura e da escrita em quase todas as práticas sociais, pois só assim, será possível desenvolver o seu senso crítico, a capacidade de se posicionar diante da sociedade como ser social e agente da transformação da realidade, ampliando assim as perspectivas do sujeito, oportunizando-lhe as condições para conviver com as exigências de letramento digital da sociedade do conhecimento.

Palavras chave: Letramento. Interpretação. Letramento digital. Inclusão social.

LITERACY AND SOCIAL INCLUSION IN THE KNOWLEDGE SOCIETY

ABSTRACT: In modern society, much of the intellectual and professional activities require written language, then, have mastery of that skill and proficient reading is an essential condition for the exercise of citizenship, access to cultural goods and social inclusion. This study aims to discuss the teaching of writing in the light of the linguistic and digital literacy language to promote the social inclusion of the individual in the knowledge society. And how specific goals, assess whether the knowledge of the world of illiterate adult can help you in understanding the writing, so language as, analyzing the digital illiteracy can also exclude him from society. We performed a literature search, with the focus on theoretical and methodological treatment of the discursive aspect of written language, the notion based on the concept of authors like Demo (2005), Moreira (2006), Moraes (2007) Linguistic and digital literacy Soares (2003), Takahashi (2000), among others. The analysis and interpretation revealed that literacy and literacy are inextricably linked, it is important to make efficient use of reading and writing in almost all social practices, because only then, you can develop your critical thinking, the ability to position themselves in society as social being and agent of

transformation of reality, thus enhancing the prospects of the subject, providing opportunities for the conditions you live with the demands of digital literacy of the knowledge society.

Key words: Literacy. Interpretation. Digital literacy. Social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre o Letramento como condição necessária para formar cidadãos críticos e de responsabilidade social a partir da apropriação da leitura e da escrita e sua aplicação nas práticas sociais.

As diversas situações de pesquisa apontam para um grande número de adultos analfabetos no Brasil, representando um grupo social homogêneo, que tiveram algum acesso ao saber escolarizado quando criança, mas, de forma descontínua e sem sucesso, e esse fato, se agrava ainda mais, diante das exigências do novo milênio, que requer uma maior e melhor relação com a tecnologia, para que o indivíduo possa saber produzir conhecimento e criar novas soluções, e assim promover a sua inclusão social.

Mas, vivendo numa sociedade letrada, esses sujeitos são expostos a diversos desafios, que os pressionam a buscar estratégias para superá-los. Assim, raramente encontram-se pessoas totalmente analfabetas, pois estando imersos numa sociedade contemporânea saturada de escrita, recebem informações desse meio através das placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas, que têm contato, sendo impossível não participar de alguma forma dessas práticas, oportunizando-lhes produzir e acumular conhecimentos.

Esses sujeitos quando vivenciam a oportunidade de retornarem à escola na vida adulta, eles necessitam que os professores os auxiliem no entendimento da língua escrita, ajudando-os a formular hipóteses sobre sua utilidade, seu funcionamento, sua configuração, articulando a ação pedagógica que contemple simultaneamente a alfabetização e o letramento. De acordo com Hamze (2009, p. 2), “a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita pelo indivíduo ou grupos de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”.

Quando se deixa em segundo plano a imprescindível exploração sistemática do código e das relações entre grafemas e fonemas, como consequência, dissociam-se, equivocadamente, o processo de letramento do processo de alfabetização, como se um

dispensasse ou substituísse o outro. A esse respeito Soares (2003, p. 86), explica que:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita - a alfabetização - e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento.

Letramento enquanto produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico são práticas discursivas que precisam do registro gráfico para tornar-se significativa, ainda que às vezes não envolvam as atividades específicas do ler e escrever. De acordo com Oliveira (1992), esse adulto analfabeto que já foi exposto a vários desafios da sociedade letrada, retornando a escola tende a ser um sujeito que possui uma maior compreensão das funções sociais da língua, sendo capaz de considerar “o contexto dos textos” e de apresentar antecipações significativas sobre esses mesmos textos, o que facilita sua compreensão sobre o que é neles tratado.

O desenvolvimento das capacidades linguísticas de ler, escrever e compreender textos, em situações diferentes das familiares, não acontece espontaneamente é necessário possibilitar ao indivíduo oportunidades de aprender os processos envolvidos na aquisição dessas capacidades inclusive ensejando situações que estão presentes no cotidiano das sociedades letradas, pois é com o domínio dessas capacidades e seu uso efetivo em práticas sociais que se caracteriza o letramento (SOARES, 2003). É necessário construir uma familiaridade com a linguagem que se usa para escrever cada gênero para se conseguir compreender e interpretar o que se está lendo.

Diante disso, entende-se que o processo de letramento deve ter orientação sistemática com vistas à compreensão e apropriação da cultura escrita pelos alunos, desenvolvendo-lhes um conjunto de habilidades e comportamentos que lhes permitam fazer o maior e mais eficiente uso possível das capacidades técnicas de ler e escrever.

O aluno será considerado alfabetizado se ele consegue lê, escrever e interpretar textos. De acordo com Severino (2000), interpretar, em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas. Interpretar é a última etapa da leitura, é a mais difícil e delicada, uma vez que a subjetividade do leitor pode interferir na mensagem que o texto quer comunicar.

A questão do analfabetismo no Brasil, ainda é muito séria, a Constituição

Brasileira de 1988 garante o direito de educação para todos os cidadãos até o ensino fundamental, mas é preciso saciar as carências básicas de sobrevivência, de educação, de informação e de incorporação no mercado de trabalho, das pessoas que se encontram na vulnerabilidade social por não terem sido alfabetizadas na idade certa para poder incluí-las na sociedade como verdadeiros cidadãos. Como afirma Moreira (2006), a inclusão social consiste em oferecer a população excluída, condições para ter uma boa qualidade de vida através de acesso aos bens materiais, culturais e educacionais.

Demo (2005, p. 36), critica a forma que o Brasil usa para tentar fazer a inclusão social da população brasileira fazendo o seguinte argumento:

Inclusão social tornou-se palavra fácil, cujas práticas tendem a ser o reverso. [...] na educação, ele questiona a progressão automática, que aprova o educando, mesmo apresentando dificuldades na aprendizagem, ele consegue concluir o ensino fundamental, e no programa Bolsa Família, que melhora as condições econômicas, porém as famílias que fazem parte do programa continuam sendo assistidas socialmente. Essa forma de inclusão social que os pobres estão dentro, mas dentro lá na margem, quase caindo fora do sistema, continuam marginalizando-os.

Segundo O Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado do MEC (2004), a educação de qualidade é o alicerce para a construção de uma sociedade, mais justa, solidária, livre de preconceito de gênero, cor e classe social.

A educação baseada na informação, conhecimento e aprendizado é uma porta aberta para a formação da cidadania plena, onde o cidadão tenha consciência de seus direitos e seus deveres, ela combate a exclusão social. Para Spozati (2000), a exclusão social está relacionada com o fracasso escolar, quando existe um crescimento desse problema a exclusão aumenta, e não adianta atribuir o fracasso da educação brasileira, a falta de escolas, ferramentas tecnológicas, a um conjunto de bens materiais, pode elencar uma série de problemas que vem afetando a educação no Brasil ao longo dos anos. O importante é compreender esses problemas e saber que eles são interdependentes uns dos outros, "e portanto, suas soluções requerem uma visão sistêmica, uma percepção da complexidade da realidade a ser transformada" como argumenta (MORAES, 2007, p.14).

Com base no pensamento de Libâneo (1998, p. 3) "sonhamos com uma escola que assegure a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã". Dessa forma, está incluída nesse contexto a inclusão digital que é um direito do cidadão acessar e usufruir dos benefícios que as novas tecnologias proporcionam ao

indivíduo. Mas, será que as nossas escolas estão preparadas para a inclusão digital?

Em dezembro de 2000 foi lançado no Brasil o “Livro Verde” elaborado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) resultado do Programa Sociedade da Informação, que tem como finalidade, lançar um projeto para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade.

De acordo com Takahashi (2000), o Livro Verde contém as metas de implementação do programa Sociedade da Informação e constitui uma súmula consolidada de possíveis aplicações de Tecnologias da Informação contemplando um conjunto de ações para impulsionarmos o desenvolvimento social, a democratização da informação com a inclusão digital.

Inclusão digital na análise de alguns autores e profissionais da academia (SILVA FILHO, 2003; DUARTE, 2007b; PINHEIRO; MOURA, 2007; PEREIRA, 2007, apud RAMOS 2010, p. 26) “engloba não somente a possibilidade de acesso aos computadores, mas principalmente a assimilação da informação produzida e disponibilizada eletronicamente, de forma a gerar conhecimento”. Assim também concorda Takahashi (2000) que a inclusão digital significa mais do que preparar pessoas para fazer uso das tecnologias de informação e comunicação, tem que preparar para serem verdadeiros atores, produtores de conhecimento, criar soluções inovadoras, e fazer uso na prática social dos conhecimentos adquiridos.

As práticas de inclusão digital que vem se desenvolvendo no Brasil atualmente, consiste em ensinar o indivíduo a manusear as ferramentas tecnológicas, as empresas, e as ONGs preocupadas em qualificar mão-de-obra para o mercado de trabalho, oferecem curso de informática, para operar com Windows, Excel, Word, concluindo o curso, recebe um certificado e o indivíduo está capacitado para trabalhar com um computador, e para conseguir um emprego.

Nas escolas públicas aquelas que foram beneficiadas com computadores, com uma sala de informática, a maioria não possui internet, e professores habilitados para desenvolver atividades usando essas ferramentas, os computadores se destinam a uso de jogos não educativos, orientados por técnicos de informática, responsáveis pela sala.

Quando se encontra um professor capacitado os computadores estão com defeitos, o número de computador é insuficiente para o número de alunos, e falta a internet, portanto, quase ou nunca a sala de informática é usada, ou seja nenhuma atividade é desenvolvida com o objetivo de ensinar o educando a usar o computador

para fazer uma pesquisa, postar um hipertexto, preparar um blog, interagir com as comunidades virtuais, a ensinar a aprender a aprender, a pensar, a empregar esse conhecimento adquiridos nas práticas sociais, na sua vida no seu crescimento intelectual, para poder tomar decisões sábias capazes de refletir na sociedade no qual está inserido, com proposta inovadoras, livre de preconceitos e de exclusão social e ser inserido na cibercultura.

Metodologia

Por meio de pesquisas bibliográficas foi feito um levantamento das concepções teóricas que envolvem a temática, embasado-se em livros e artigos científicos, utilizando-se desses recursos como alicerce para a pesquisa qualitativa-descritiva.

Foram incluídas as publicações acerca do tema encontradas nos periódicos no período de 1998- 2014. Para fins de estudo, foram consideradas as publicações relacionadas ao letramento e inclusão social usando as palavras chave: analfabetismo, letramento, inclusão digital na escola. A escolha dos artigos foi realizada mediante a leitura dos resumos. Após uma análise, decidíamos ou não por sua inclusão, baseado-se nas categorias previamente definidas.

Análise dos Resultados

Ambos os processos alfabetização e letramento não são independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2003).

Nas sociedades urbanas modernas, não existe grau zero de letramento, pois como são muito variados os usos sociais da escrita e as formas como as pessoas têm acesso a ela. A partir do momento que se tem acesso às manifestações da escrita na sociedade, como placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas, etc., é impossível não participar de alguma forma dessas práticas. Isso significa que as pessoas que vivem e trabalham nas cidades, mesmo quando são analfabetas, têm sempre algum conhecimento sobre as práticas sociais letradas. Mas, para serem consideradas

realmente alfabetizadas precisam conhecer não só as letras, mas também o tipo de linguagem em que são escritos, para poder compreender o que se está lendo e socializar o conhecimento adquirido. Uma vez alfabetizados deve-se dar-lhes condições para o letramento, isto é, condições para o desenvolvimento cada vez mais intenso e extenso das habilidades de escrita e leitura.

Mas, existem outros obstáculos tão importante quanto a prática da leitura e escrita, é aquele que se apresenta diretamente relacionado com a correspondente dificuldade que o estudante encontra na exata compreensão dos textos lidos e também o processo de aculturação envolto na aquisição da leitura e escrita na sociedade moderna que tem exigido outra forma de letramento, o digital. Com o grande desenvolvimento tecnológico que afetou todos os setores da sociedade, inclusive o educacional, não há dúvidas de que o mundo vive uma mudança de paradigma, um desconforto de todos em busca de respostas diante de tantas mudanças.

De acordo com o Livro Verde e o MCT as escolas brasileiras não estão preparadas para a inclusão digital, diante do último censo realizado pelo MEC, (1999) temos escolas que não possuem energia elétrica, biblioteca, sala de informática, computador, internet e também educadores capacitados para trabalhar com os alunos, nem tampouco alfabetizar adultos para o exercício da cidadania, o acesso aos bens culturais e a inclusão social. Apesar do lançamento do Livro Verde ainda não tem um projeto a nível nacional, voltado a preparar o aluno para a inclusão na cibercultura, a distribuição de computadores nas escolas, não significa que temos alunos fora da exclusão digital. O desafio é grande como afirma Demo (2005 apud ALONSO, et. al., 2010, p.158) temos que “enfrentar o atraso tecnológico para não ficar para trás definitivamente enfrentar o atraso da escola pública, para não permitir que a população seja incluída na margem”.

A inclusão digital deve esta associada à educação. Ela é parte integrante do processo educativo, é impossível incluir o educando nesse processo sem ele ser alfabetizado e letrado.

CONCLUSÃO

O estudo realizado permitiu identificar na produção bibliográfica analisada que, historicamente, as discussões sobre a alfabetização se organizaram em torno da eficácia dos processos e de métodos diversificados de alfabetização. Posteriormente, com a

divulgação dos estudos sobre a psicogênese da alfabetização, a discussão sobre a eficácia desses processos e métodos foram esquecidas, oportunizando ao professor analisar os obstáculos da difícil tarefa de ensinar leitura e escrita na escola, assim como de observar e acompanhar a escrita dos jovens e adultos.

Observamos que o conhecimento de mundo dos adultos possibilita-lhes dar respostas mais adequadas em relação às interpretações dos textos presentes no ambiente urbano, pois informações que os adultos absorvem do ambiente letrado favorecem o acúmulo de conhecimentos que os ajudarão no retorno à escola, a entenderem o funcionamento do sistema de escrita alfabética no conjunto das demais ações sociais.

A leitura também é importante na medida em que pode mudar a concepção que o indivíduo tem de mundo e alterar suas relações, favorecendo a possibilidade de transformações coletivas. É o domínio dessas capacidades e seu uso efetivo em práticas sociais que caracterizam o letramento. Assim, a formação destes sujeitos estaria intimamente relacionada à construção da cidadania, na medida em que associamos estas condições à condição letrada,

Nesse contexto, o papel do professor é ajudar os jovens e adultos não alfabetizados a compreenderem o funcionamento do sistema de notação alfabética e a se apropriarem da linguagem escrita, isso implica na valorização do conhecimento que esses sujeitos já construíram, ou seja, partir do seu saber efetivo, e não de sua ignorância.

Vimos, por fim, que a inclusão social está atrelada à inclusão digital, visto que a gama de informações disponibilizadas pela internet favorece o aprimoramento do conhecimento e da aprendizagem e caso o indivíduo não seja alfabetizado ou letrado será posto em condição de exclusão pela sociedade contemporânea que é técnica, científica e informacional.

REFERÊNCIAS

ALONSO, L. B. N.; FERNEDA, E.; SANTANA, G.P. **Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas.** Barbarói. Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/GILSOM/AppData/Local/Temp/1289-4971-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Programa de desenvolvimento profissional continuado / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2004.

DEMO, P. **Inclusão digital**: cada vez mais no centro da inclusão social. Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out./mar., 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/4/7>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

HAMZE, A. **Alfabetização ou letramento?** 2009. Disciplina em: <<http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/alfabetizacao.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. Campinas, São Paulo: Coleção Praxis, 2007.

MOREIRA, I. C.. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Revista Inclusão Social** (IBICT – Instituto brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia), Brasília, v.1, n.2, 2006.

LIBÂNIO, J. C. **ADEUS PROFESSOR, ADEUS PROFESSORA? Novas exigências educacionais e profissão docente**. Rio de Janeiro: Cortez, 1998.

RAMOS, G. F. C. **A inclusão digital nas salas de aula**: avaliação da informatização nas escolas municipais de Belo Horizonte. 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-8CDJ9Q/disserta_ao_ge_rgea.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 jul. 2014.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **26ª Reunião Anual da ANPED – GT Alfabetização, Leitura e Escrita**. Poços de Caldas, de 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SPOZATI, A. **Exclusão social e fracasso escolar. Pontos de vista**: o que pensam outros especialistas? Em Aberto, Brasília. V. 17, n. 71, p. 21-32, jan. 2000.

OLIVEIRA, M. K. Analfabetos na sociedade letrada: diferenças culturais e modos de pensamento”. In: Educação de jovens e adultos. **Parâmetros curriculares em ação**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1992.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.